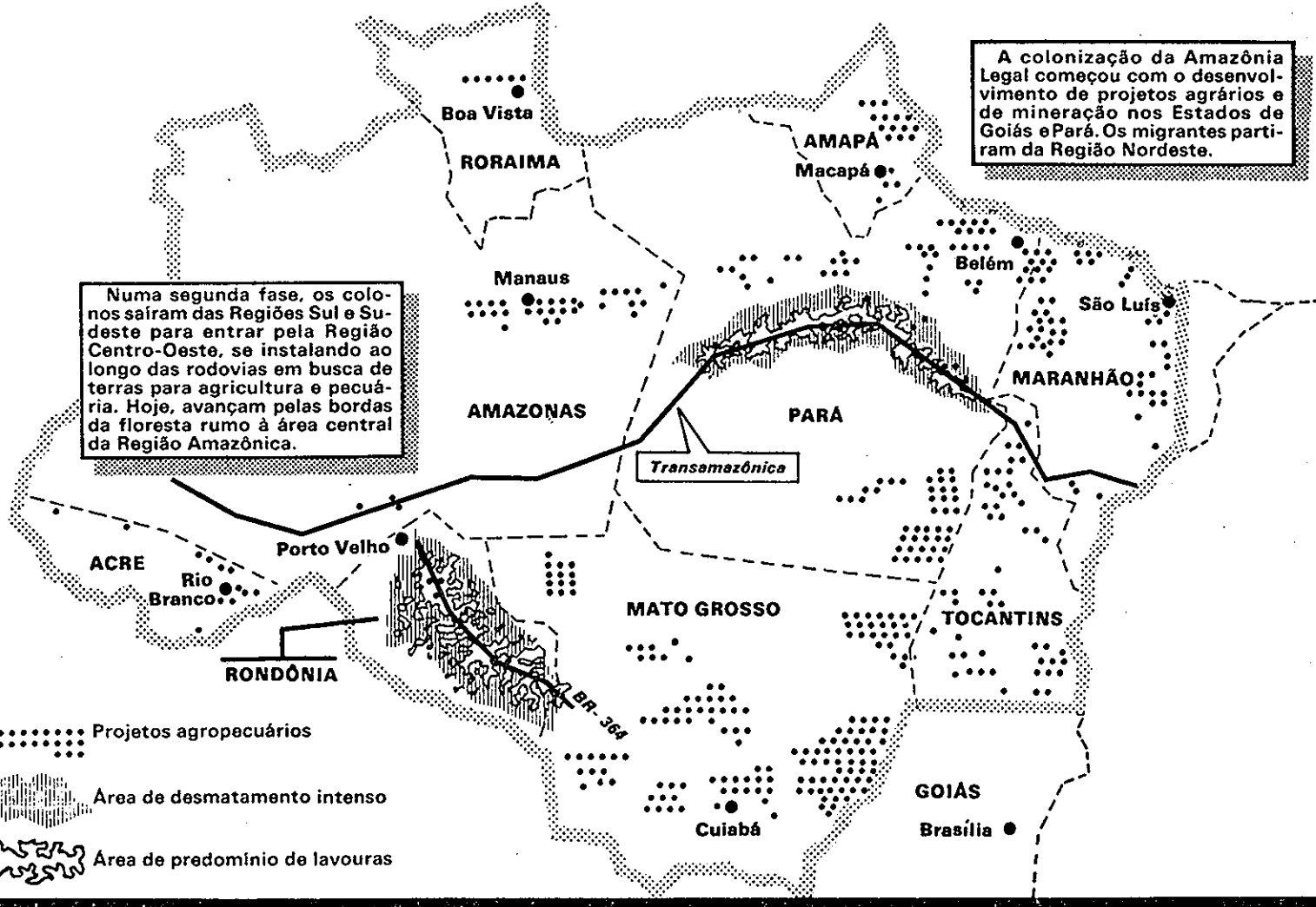


**A fronteira agrícola avança**

Os projetos agropecuários que foram implantados na Amazônia Legal entre 1964 e 1984 e as áreas ocupadas pela colonização ao longo das estradas



**Floresta se degrada com migração**

**Levantamento do IBGE leva pesquisadores a discutir como ocupar a Amazônia sem devastá-la**

**NELSON MARCOLIN**

O estudo Diagnóstico Brasil: A ocupação do território e o meio ambiente, divulgado na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reacendeu uma velha polêmica entre os pesquisadores: como colonizar a Região Amazônica sem causar danos irreversíveis ao ecossistema? A busca da expansão das fronteiras agropecuárias do País não é fato recente, mas a importância que se dá hoje ao problema ambiental mostra que não é mais possível tratar essas duas questões de formas separadas.

Quando decidiu, logo depois da construção de Brasília, no começo da década de 60, que iria colonizar o território brasileiro por inteiro, o governo federal imaginava que bastaria abrir caminhos na floresta tropical para incentivar a migração das áreas mais populosas do País para a Região Norte. Essa migração seria feita basicamente por pessoas sem terra, interessadas em plantar e criar gado. A idéia tinha o propósito de criar dois benefícios: o território brasileiro seria efetivamente ocupado de ponta a ponta e a produção de alimentos cresceria, abrindo

novas fronteiras agrícolas no Brasil.

Nos anos 70, essa política começou a ser levada adiante com a construção de grandes rodovias. A BR-230, a Transamazônica, rasgou a floresta e, em vários pontos próximos à estrada, foram instaladas agrovilas de migrantes que, assim, teriam maior facilidade para escoar sua produção. Numa segunda fase, no início dos anos 80, outras rodovias foram usadas com o mesmo objetivo, como Belém—Brasília (BR-153), Cuiabá—Porto Velho (BR-364) e Cuiabá—Santarém (BR-163).

**OCUPAÇÃO DESORDENADA**

O governo chegou a distribuir lotes de até 100 hectares para colonos e algumas empresas compraram grandes extensões de terras para lotear e vender a migrantes que estivessem interessados. Foi criada a Amazônia Legal, uma área de 5,5 milhões de quilômetros quadrados que abrange nove Estados — Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Amazonas e partes do Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. As empresas e colonos que investissem nessa região teriam incentivos fiscais.

Todas essas ações contribuíram para uma grande apropriação das terras na Amazônia e para o desenvolvimento de núcleos urbanos em volta das empresas agropecuárias e de mineração. Imperatriz, cidade maranhense encravada

na floresta até os anos 60, teve sua população sucessivamente aumentada nos últimos 20 anos. Passou de 36 mil moradores em 1970, para 111 mil em 1980 e, segundo as últimas estimativas feitas pelo IBGE, para 262 mil em 1991.

Hoje, os resultados econômicos e sociais da ocupação do território brasileiro são considerados duvidosos, mas ninguém nega os efeitos catastróficos da ocupação desordenada do território brasileiro no meio ambiente. A infra-estrutura das localidades que cresceram muito não acompanhou o aumento da população, os defensivos agrícolas foram usados de forma indiscriminada, o desmatamento arruinou o solo, as queimadas poluíram o ar e até a tecnologia agrícola foi mal empregada, segundo Solange Tietzmann Silva, chefe do departamento de Geografia do IBGE.

**MODELO IDEAL**

“O governo esqueceu de armar uma rede de assistência técnica que ajudasse os colonos a cuidar convenientemente da terra conquistada”, analisa Solange. Ela afirma que 54% dos produtores do Rio Grande do Sul usam agrotóxicos, mas apenas 30% deles têm algum tipo de auxílio para aprender a lidar com o produto, que pode causar sérios problemas de saúde para eles. “Isso porque esse Estado é o mais preparado para lidar com o problema”, diz. No Brasil, 31%

dos produtores usam agrotóxicos e, desse total, só 10% têm assistência técnica regular.

Para Ana Luísa Osório de Almeida, pesquisadora do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) e autora de tese sobre a ocupação da Amazônia, a colonização da Região Norte foi uma saída do governo para evitar uma questão explosiva — a reforma agrária. “Os colonos que foram incentivados a se estabelecer ao longo da Transamazônica foram praticamente abandonados e em 1975 e tiveram de se virar sozinhos para conseguir escoar o pouco que produziam”, diz. “Não se pode dizer que a colonização tenha fracassado, mas ela mais criou do que resolveu problemas.”

O geógrafo Azis Ab'Saber, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo autor de um estudo sobre a região, critica os resultados obtidos até agora. De acordo com ele, apenas nos três primeiros anos o cultivo de qualquer cultura dá resultados razoáveis na Amazônia. Com o passar do tempo, a água das chuvas carrega para os rios toda a riqueza orgânica da terra. “É uma estupidez desmatar para plantar porque aquele solo não serve para agricultura e pastagens”, informa Ab'Saber. “Buscamos um modelo mais avançado de substância para a área e ainda estamos longe de descobrir qual é o ideal.”